

Cadernos Temáticos

Nº 1

Perfil dos Conselhos de Direito da Pessoa com Deficiência

Conselho Nacional dos Direitos
da Pessoa com Deficiência | Conade

**Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade)
Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)**

Setor Comercial Sul – B • Quadra 9 • Lote C
Edifício Parque Cidade Corporate • Torre “A” • 8º Andar
CEP: 70308-200 • Brasília-DF • Brasil
Telefone: +55 (61) 2027-3981 • Fax: +55 (61) 2025-9747
E-mail: peessoacomdeficiencia@sdh.gov.br
www.pessoacomdeficiencia.gov.br

© 2014 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade)

Reprodução autorizada, desde que citada a fonte de referência e que não seja para fins comerciais. Impresso no Brasil • *Printed in Brazil*.
Versão: *on-line* (1ª Edição), distribuição gratuita.

Dilma Rousseff

Presidenta da República Federativa do Brasil

Michel Temer

Vice-presidente da República Federativa do Brasil

Ideli Salvatti

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Claudinei do Nascimento

Secretário Executivo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Antonio José Ferreira

Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

DEFICIÊNCIA, Perfil dos Conselhos de Direito da Pessoa com | Cadernos Temáticos | Conade Nº 1 / Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) • Perfil dos Conselhos de Direito da Pessoa com Deficiência | Cadernos Temáticos | Conade Nº 1 : Conade - SNPD - SDH/PR, 2014.

50 p.

1. Conselho, Acessibilidade, Legislação, Brasil. 2. Pessoa com Deficiência, Legislação, Brasil. I. Título, Leis, etc.

organização e texto *Jorge Amaro de Souza Borges | Roberta Gregoli*
projeto gráfico e diagramação *Daniel Dino*

Sumário

Preâmbulo	5
Introdução	13
Análise dos Dados	21
Dados Gerais & Orçamento	21
Infraestrutura.....	22
Funcionamento & Organização.....	24
Composição.....	27
Eleições do Colegiado	29
Eleições da Mesa Diretora	32
Anexo I	37

Preâmbulo

O que é o Conade?

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) é um órgão superior de deliberação colegiada, criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidas a esse grupo social. O Conade faz parte da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Por que o governo brasileiro criou o Conade?

O Conade foi criado no âmbito do Ministério da Justiça (MJ), em 1º de junho de 1999, através do Decreto 3.076/1999. Em dezembro do mesmo ano, o Decreto 3.298/1999, que instituiu a Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência, revogou o Decreto 3.076/1999, mas manteve o Conade ligado ao MJ. Em 2003, a Lei 10.683, de 28/05/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, trouxe em seu artigo 24 a menção do Conade como parte da estrutura do governo, vinculada à então Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Em março de 2010

foi editada a Medida Provisória nº 483, alterando a Lei 10.683, que atualizou o nome do Conade, em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Dessa forma, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência passou a ser Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil existem 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa em torno de 24% da população brasileira. O Conade foi criado para que essa população possa tomar parte do processo de definição, planejamento e avaliação das políticas destinadas às pessoas com deficiência, por meio da articulação e diálogo com as demais instâncias de controle social e os gestores da administração pública direta e indireta.

Composição 2013/2015

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Casa Civil da Presidência da República

Milena Souto Maior de Medeiros (titular)

Ricardo Bilha Carvalho (suplente)

Ministério das Cidades

Yuri Rafael Della Giustina (titular)

Carolina Moreira Barbosa de Brito (suplente)

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCTI

Sonia da Costa (titular)

José Netto Estrella Neto (suplente)

Ministério das Comunicações

Octávio Penna Pieranti (titular)

Marcelo Leandro Ferreira (suplente)

Ministério da Cultura

Deborah Maria Garcia Lobo (titular)

Sandra Cipriano Chaves (suplente)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Elyria Bonetti Yoshida Credidio (titular)

Andréa Duarte Lins (suplente)

Ministério da Educação

Martinha Clarete Dutra dos Santos (titular)

Suzana Maria Brainer (suplente)

Ministério do Esporte

Eidilamar Fátima da Silva (titular)

Elisangela Landim Santos (suplente)

Ministério da Justiça

Paulo Abrão Pires Junior (titular)

Davi Ulisses Brasil Simões Pires (suplente)

Ministério dos Transportes

Rodrigo Marques de Oliveira (titular)

Marcos José Zufelato (suplente)

Ministério do Trabalho e Emprego

Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti (titular)

Vitório Alves de Freitas (suplente)

Ministério do Turismo

Wilken José Souto Oliveira (titular)

Hélito Nunes de Oliveira (suplente)

Ministério da Previdência Social

Raimundo Nonato Lopes de Souza (titular)

Lilian Fonseca da Costa Lessa Varandas

Ministério das Relações Exteriores

Carlos Fernando Gallinal (titular)

Laura Berdine Santos Delamonica (suplente)

Ministério da Saúde

Vera Lúcia Ferreira Mendes (titular)

Flávia da Silva Tavares (suplente)

Secretaria de Direitos Humanos

Antonio José do Nascimento Ferreira (titular)

Laíssa da Costa Ferreira (suplente)

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Maria de Lourdes Alves Rodrigues (titular)

Thays de Souza Nogueira (suplente)

Conselhos Estaduais

Dylson Ramos Bessa Junior (titular)

Benedito Donizete Alemão Packer (suplente)

Conselhos Municipais

Celia Regina Saldanha Diniz (titular)

Lisandra Sandri (suplente)

SOCIEDADE CIVIL

Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com Deficiência - AMPID

Waldir Macieira da Costa Filho (titular)

Maria Aparecida Gugel (suplente)

Associação Brasileira de Autismo - ABRA

Telma Maria Viga de Albuquerque (titular)

Maria do Carmo Tourinho (suplente)

Academia Brasileira de Neurologia

Cláudia Barata Ribeiro Blanco Barroso (titular)

Cristiano Milani (suplente)

Associação Brasileira de Ostomizados - ABRASO

Rubens Gil Junior (titular)

Cristiana Soares de Holanda (suplente)

Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiências, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB

Pedro Leonardo da Luz Loss (titular)

Daisy Dias Lopes (suplente)

Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais - CBDV

Jose Antonio Ferreira Freire (titular)

Sandro Laina Soares (suplente)

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Isaias Dias (titular)

Flavio Henrique de Sousa (suplente)

Confederação Nacional do Comercio - CNC

Janilton Fernandes Lima (titular)

Pedro Henrique Pessanha Rocha (suplente)

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Oswaldo Luiz Valinote (titular)

... (suplente)

Federação Brasileira de Associações Civis de Portadores de Esclerose Múltipla - FEBRAPEM

Wilson Roberto Gomiero (titular)

Adilson Teixeira de Espíndola (suplente)

Federação Nacional das Avapes - FENAVAPE

Sheila Alexandre Cassin (titular)

Marcos Antonio Gonçalves (suplente)

Federação Nacional das Associações Pestalozzi

Ester Alves Pacheco Henriques (titular)

Lizair de Moraes Guarino (suplente)

Federação Nacional das APAES

Adinilson Marins dos Santos (titular)

Erivaldo Fernandes Neto (suplente)

Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil – FARBRA

Rosângela da Silva Santos (titular)

Maria de Fátima Lopes (suplente)

Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down

Lenir Santos (titular)

Glauciane Costa Santana (suplente)

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS

Francisco Eduardo Coelho da Rocha (titular)

Marcelo Lucio Correia de Amorim (suplente)

Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF

Carmen Lucia Lopes Fogaça (titular)

Mauro Eduardo Cardoso e Silva (suplente)

Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB

Moisés Bauer Luiz (titular)

Patrícia Neves Raposo (suplente)

Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Joaquim Santana (titular)

Cid Torquato (suplente)

Conade na rede:

www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade

Curta no Facebook:

www.facebook.com/ConadeBR

Mapa de Conselhos:

https://mapsengine.google.com/map/u/0/edit?mid=zakNKDQ_bJJI.khIR4KQTH2II

Conade na Wiki:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_Nacional_dos_Direitos_da_Pessoa_com_Defici%C3%A2ncia_\(Conade\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_Nacional_dos_Direitos_da_Pessoa_com_Defici%C3%A2ncia_(Conade))

Fale com o Conade:

Presidente

Antonio José Ferreira

Vice-presidente

Ester Alves Pacheco Henriques

Coordenador Geral

Jorge Amaro

Consultora

Roberta Gregoli

Assessoria

José Carlos Pereira

Valdeci Maciel de Araujo Júnior

Esdras Bispo Rodrigues

Jéssica Mendes de Figueiredo

Endereço: Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A", 8º andar, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70308-200, Fone: (61) 2027-3245, E-mail: conade@sdh.gov.br

Introdução



Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) foi instituído em 1999 e teve sua vinculação à Presidência da República, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos a partir de 2003. Conforme o artigo 11º da do Decreto Federal 3.298, de 20 de dezembro de 1999¹, o Conade tem como atribuições:

- I** – zelar pela efetiva implantação da política para inclusão da pessoa com deficiência em âmbito nacional;
- II** – acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras relativas à pessoa com de deficiência;
- III** – acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, sugerindo as modificações necessárias à consecução da Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência;
- IV** – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
- V** – acompanhar e apoiar as políticas e as ações do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

¹ Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm

- VI** – propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;
- VII** – propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiência e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;
- VIII** – aprovar o plano de ação anual da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE;
- IX** – acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política para inclusão da pessoa com deficiência em âmbito nacional;
- X** – elaborar o seu regimento interno. (BRASIL, 1999)

Um dos papéis do Conade é fortalecer a rede de conselhos no Brasil para que as pessoas com deficiência tenham espaços locais de protagonismo e participação direta na implantação e monitoramento das políticas públicas. Hoje os conselhos estão presentes em

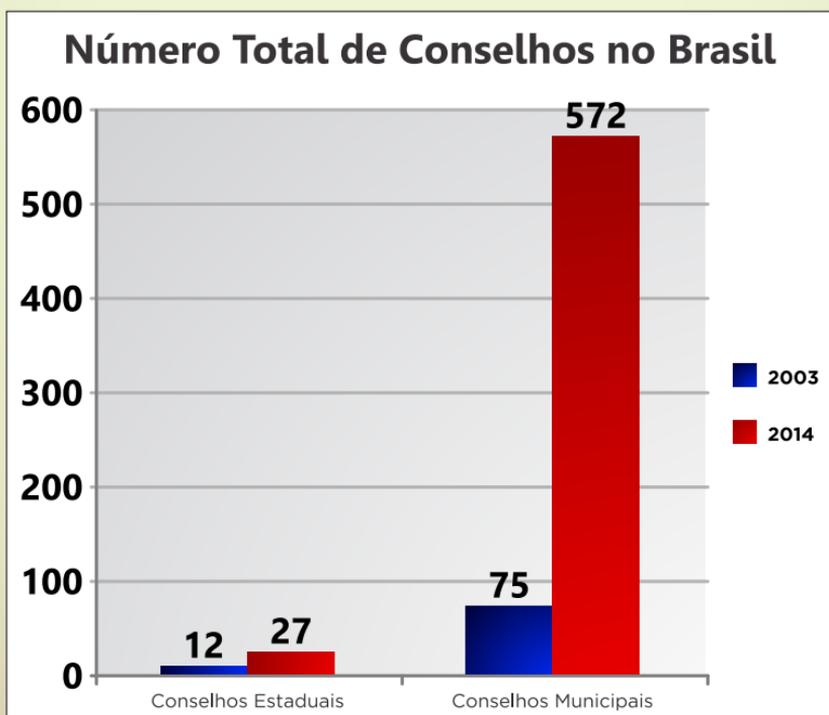


Conselhos Estaduais dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Brasil

todos os estados, no Distrito Federal e em torno de 580 municípios.

Região	Conselhos Estaduais		Conselhos Municipais	
	2003	2014	2003	2014
Norte	0	7	0	21
Nordeste	4	9	6	143
Centro-Oeste	2	3	1	45
Sul	2	4	6	110
Sudeste	4	4	62	253
Total	12	27	75	572

Entre os anos de 2003 e 2014, o número total de conselhos estaduais teve um aumento de 125% enquanto o de conselhos municipais foi ampliado em mais de dez vezes.



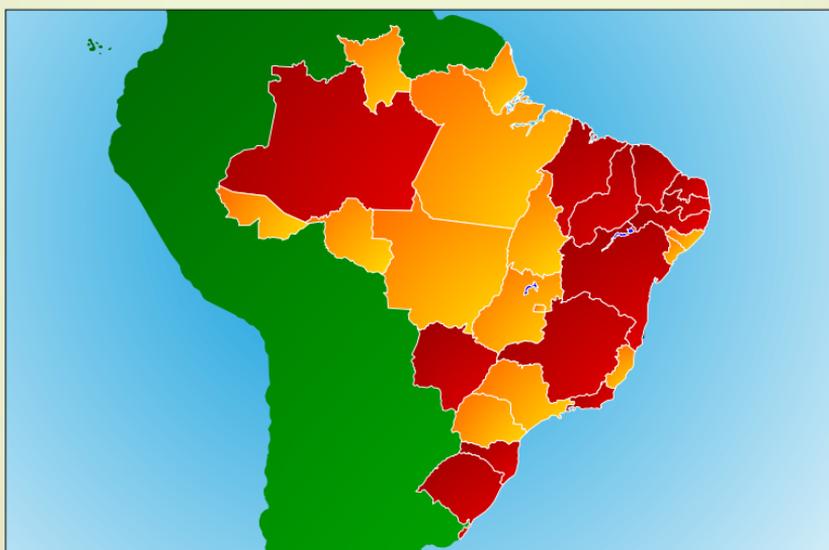
A presente pesquisa englobou aspectos relacionados a infraestrutura, eleições, formação e estrutura dos conselhos de direitos da pessoa com deficiência, com o objetivo de obter subsídios para a elaboração do marco legal de conselhos. Tendo em vista a heterogeneidade e diversidade dos conselhos no Brasil, o levantamento e análise dos dados relativos aos conselhos figuram como uma ferramenta e um dos passos para a elaboração de diretrizes que sejam relevantes e condizentes com as práticas existentes.

O levantamento que se segue é resultado das respostas ao questionário elaborado por conselheiros e conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) durante sua 91ª Reunião Ordinária, ocorrida nos dias 23 a 25 de abril de 2014. O questionário completo pode ser encontrado no Anexo I. O link para os questionários foi distribuído para os conselhos por email e por meio das redes sociais em 20 de maio de 2014, com o prazo de um mês para o recebimento de respostas. No ato da análise dos dados, a partir do dia 4 de julho de 2014, havia sido recebido um total de 83 respostas, sendo 13 de conselhos estaduais (representando 48% do total de conselhos estaduais) e 69 de conselhos municipais (o que representa aproximadamente 12% dos conselhos municipais).²

Responderam ao questionário os conselhos estaduais dos seguintes estados:

² Há, atualmente, no Conade, 573 conselhos municipais cadastrados, mas acredita-se que este número seja maior na prática.

- Amazonas;
- Bahia;
- Ceará;
- Maranhão;
- Minas Gerais;
- Mato Grosso do Sul;
- Paraíba;
- Pernambuco;
- Piauí;
- Rio de Janeiro;
- Rio Grande do Norte;
- Rio Grande do Sul;
- Santa Catarina.



Em termos regionais, a maior participação foi da região Nordeste com sete conselhos (representando 78% da região). Participaram também dois conselhos da região Sul (67% dos estados da região) e dois da

região Sudeste (50% da região). A menor participação foi das regiões Centro-Oeste e Norte, com um conselho cada (representando 25% e 14% de cada região, respectivamente).

Responderam ao questionário os seguintes conselhos municipais:

- **Acre:** Rio Branco;
- **Amazonas:** Tabatinga;
- **Ceará:** Maracanaú, Hidrolândia;
- **Bahia:** Feira de Santana, Ipira, Paulo Afonso, Simões Filho, Vitória da Conquista;
- **Maranhão:** Imperatriz;
- **Mato Grosso:** Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste;
- **Minas Gerais:** Belo Horizonte, Coronel Fabriciano, Uberlândia;
- **Pará:** Bragança;
- **Paraíba:** Patos;
- **Pernambuco:** Carpina, Jaboatão dos Guararapes, Recife, São José do Egito;
- **Paraná:** Curitiba, Londrina;
- **Piauí:** Teresina;
- **Rio de Janeiro:** Itaboraí, Rio de Janeiro;
- **Rio Grande do Norte:** Areia Branca, Florânia, Mossoró;
- **Rio Grande do Sul:** Cachoeirinha, Palmares do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Putinga, Rio Grande, Sapucaia do Sul, Santo Ângelo;

- **Santa Catarina:** Curitiba, São Bento do Sul, São José;
- **São Paulo:** Amparo, Bom Jesus dos Perdões, Caçapava, Campinas, Capela do Alto, Caraguatatuba, Guaratinguetá, Jahu, Juquiá, Leme, Lençóis Paulista, Mogi Guaçu, Ourinhos, Pedranópolis, Peruíbe, Piacatu, Pilar do Sul, Piracicaba, Pindamonhangaba, Pirajuí, Poá, Salto, Santo Antonio da Posse, Santos, São Bernardo do Campo, São Paulo, Sorocaba, Votuporanga.

Análise dos Dados



texto a seguir apresenta os dados e realiza uma análise inicial. A referência aos números das questões visa a facilitar a verificação do questionário, que se encontra no Anexo I.

Dados Gerais & Orçamento

Em resposta à Questão 8, sobre a representação do Presidente ou da Presidenta, dos 13 conselhos estaduais, 70% têm como presidente um membro da sociedade civil.¹ A mesma tendência se repete nos conselhos municipais, dos quais apenas 35% têm como presidente um membro do governo.

Referente à criação do conselho (Questão 10), todos os conselhos estaduais foram criados por lei, assim como 94% dos conselhos municipais. Do restante dos conselhos municipais, 4% foram criados por decreto e 2% por lei e decreto.

Com relação ao orçamento (Questões 14 e 15), a grande maioria dos conselhos estaduais (85%) disse não ter dotação orçamentária² dentro do orçamento do

1 De acordo com a Política Nacional de Participação Social (Decreto No 8.243/2014), sociedade civil são "o cidadão, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações".

2 De acordo com o Glossário Legislativo do Senado Federal, dotação orçamentária é "[t]oda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos. Qualquer tipo de pagamento que não tenha dotação específica só pode ser realizado se for criada uma verba nova ou dotação nova para suprir a despesa".

estado/município. Dos que têm, o Conselho Estadual do Ceará (representando 7,5%) tem um orçamento de até 10 mil reais e o Conselho Estadual do Amazonas (representando 7,5%) tem um orçamento de mais de 50 mil reais. Dos conselhos municipais, 84% não tem dotação orçamentária enquanto 10% têm orçamento de até 10 mil reais e 6% têm orçamento de 11 a 50 mil reais.

Apenas dois conselhos estaduais têm fundo³ (Questões 16 e 17). O Conselho Estadual do Piauí tem um fundo de 11 a 50 mil reais e o Conselho Estadual do Rio Grande do Sul tem acesso a um fundo em valor não especificado. Dos conselhos municipais, a grande maioria (87%) não tem acesso a um fundo enquanto 6% tem fundo no valor de até 10 mil reais; 3% no valor de 11 a 50 mil reais e 5% em valor não especificado. A forma de acesso ao fundo (Questão 18) é, na maioria dos casos, por disponibilização direta.

Infraestrutura

A tabela a seguir ilustra os dados (em números absolutos) referentes à Questão 20, sobre a infraestrutura disponível para o funcionamento dos conselhos, considerando o total de 13 conselhos estaduais e 69 conselhos municipais que responderam ao questionário.

3 Alguns estados e municípios têm instituídos por lei um fundo voltado especificamente para os direitos das pessoas com deficiência. Esses fundos são vinculados ao estado/município e têm diferentes valores bem como diferentes regras de acesso e captação de recursos.

Infra-estrutura	Conselhos Estaduais	Conselhos Municipais
Sala própria	8	28
Telefone	12	34
Acesso à internet	12	37
Computador próprio	13	32
Impressora	11	33
1 funcionário em período integral	9	24
Mais de 1 funcionário em período integral	3	10
Intérprete de Libras	1	4
Recursos em Braille	2	3
Local com acessibilidade arquitetônica	11	31
Funciona todos os dias da semana em período integral	8	27
Sala de reuniões	10	33

Observa-se que os conselhos estaduais contam com melhor infraestrutura, sendo que quase todos têm sala própria, telefone, acesso à internet, computador próprio, impressora, sala de reuniões, um funcionário em período integral e funcionam em local com acessibilidade arquitetônica. No entanto, apenas 15% dos conselhos estaduais conta com recursos em Braille e 8% com intérprete de Libras. Chama também a atenção o fato de que apenas 65% dos conselhos estaduais funcionem em período integral todos os dias da semana.

A infraestrutura dos conselhos municipais é mais precária, sendo que metade ou pouco menos da metade conta com sala própria, telefone, acesso à internet, computador próprio, impressora e funciona em local com acessibilidade arquitetônica. Apenas 35% conta com um funcionário em período integral e 39% funciona em período integral todos os dias da semana. Uma pequena minoria conta com intérprete de Libras (6%) e recursos em Braille (4%).

Funcionamento & Organização

Com relação à periodicidade das reuniões (Questão 21), a maioria dos conselhos estaduais tem reuniões mensais (85%) enquanto 7,5% tem reuniões bimestrais e os outros 7,5% tem reuniões quinzenais. A tendência se repete nos conselhos municipais, com 83% deles se reunindo mensalmente, 12% bimestralmente, 3% quinzenalmente, 1,5% anualmente e 1,5% (o Conselho de Patos-PB) está sem se reunir. Todos os conselhos estaduais produzem atas das reuniões (Questão 22) enquanto dois conselhos municipais (o equivalente a 3%) afirmaram não produzir atas.

Sobre a comunicação com os membros (Questão 23), todos os conselhos estaduais se comunicam com seus membros por email e quase todos (87%) por telefone. Uma minoria (15%) se comunica também por meio de cartas. Ainda que os conselhos municipais se utilizem majoritariamente de email (85%) e telefone (81%) em sua comunicação, 22% ainda utiliza cartas e 9% utiliza também outros modos (foram citados ofícios, MSN e grupos no google).

A tabela abaixo ilustra os dados (em números absolutos) referentes à resposta à Questão 24, sobre as comissões permanentes:

Comissões Permanentes	Conselhos Estaduais	Conselhos Municipais
CAN	11	13
CAC	6	3
CCS	10	6
CPP	11	13
COF	8	11
Outras	7	30
Não tem comissões permanentes	0	38

Observa-se que quase todos os conselhos estaduais contam com uma Comissão de Atos Normativos (ou equivalente), uma Comissão de Comunicação Social (ou equivalente) e uma Comissão de Orçamento e Finanças (ou equivalente). A maioria dos conselhos municipais (55%) não conta com comissões permanentes. Entre as outras comissões citadas no âmbito municipal, foram mais recorrentes as seguintes: Comissão de Acessibilidade, Comissão de Saúde, Comissão de Educação, Comissão de Esporte. Percebe-se, então, que muitos conselhos municipais utilizam o espaço das comissões como fóruns para a discussão de temáticas setoriais.

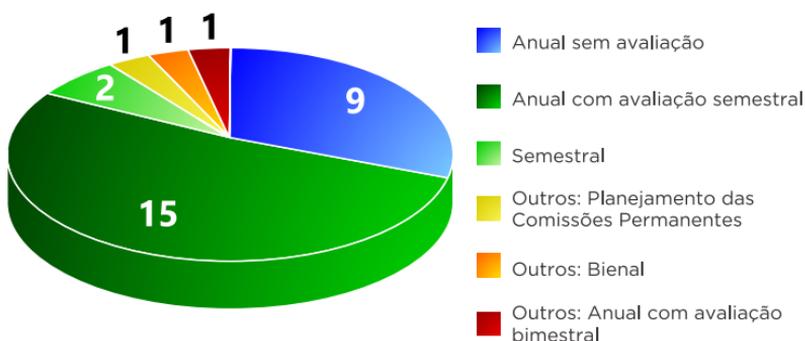
Com relação à Questão 25, um total de 62% dos conselhos estaduais afirmou realizar planejamento estratégico, uma tendência que se inverte com relação aos conselhos municipais, dentre os quais apenas 45% dizem fazê-lo.

Os gráficos a seguir ilustram os detalhes sobre a periodicidade e avaliação do planejamento estratégico dos conselhos estaduais e municipais, respectivamente:



DESCRIÇÃO DO GRÁFICO: Gráfico em formato de pizza com o título Planejamento Estratégico – Conselhos Estaduais e com seis fatias. A maior, na cor azul escuro, representa a categoria Anual sem avaliação e traz o número 3. As outras fatias são do mesmo tamanho, nas cores vermelho, verde escuro, roxo, azul claro e verde claro e representam, respectivamente, planejamento estratégico anual com avaliação anual, anual com avaliação semestral, semestral, em branco e outros: planejamento das comissões permanentes.

Planejamento Estratégico (Conselhos Municipais)



DESCRIÇÃO DO GRÁFICO: Gráfico em formato de pizza com seis fatias com o título Planejamento Estratégico – Conselhos Municipais. A maior fatia, na cor verde escuro, traz o número 15 e representa a categoria Anual com avaliação semestral. A segunda maior fatia, na cor azul escuro, traz o número 9 e representa Anual sem avaliação. A terceira maior fatia, em roxo, traz o número 2 e representa Semestral. As três fatias restantes trazem o número 1, nas cores laranja, azul claro e vermelho claro e representam, respectivamente, Outros: Extraordinária quando for necessária, Outros: Bial e Outros: Anual com avaliação bimestral.

Observa-se que a maioria dos conselhos realiza planejamento anual, mas enquanto os estaduais não

fazem nenhum tipo de avaliação, 50% dos conselhos municipais que fazem planejamento estratégico.

Composição

As respostas à Questão 29 mostram que há bastante diversidade com relação ao número total de órgãos e entidades que fazem parte dos conselhos estaduais enquanto apenas uma pequena minoria dos conselhos municipais tem mais de 20 entidades. A tabela a seguir mostra os números absolutos:

Número total de órgãos/entidades	Conselhos Estaduais	Conselhos Municipais
De 5 e 10	3	34
De 11 a 20	4	32
Acima de 20	6	3

A tabela abaixo mostra as respostas à Questão 30, referente ao caráter⁴ do conselho.

O Conselho é	Conselhos Estaduais	Conselhos Municipais
Consultivo	7	46
Normativo	8	21
Fiscalizador	10	46
Deliberativo	13	48
Outros	0	17

⁴ O conselho de caráter consultivo tem a responsabilidade de julgar assuntos que lhe são apresentados; ao conselho deliberativo compete o caráter decisório; o conselho de caráter normativo promove a interpretação das normas vigentes e também pode criar novas; e ao conselho fiscalizador compete fiscalizar as políticas públicas vigentes. Um conselho pode ter mais de uma dessas atribuições, o que normalmente está especificado em seu regimento interno.

Dos 13 conselhos estaduais, todos são deliberativos e a maioria (77%) é também fiscalizador. Aproximadamente metade deles é também consultivo e normativo. Entre os conselhos municipais, mais ou menos 70% são consultivos, deliberativos e fiscalizadores e 31% são também normativos. Na categoria 'Outros' foram citados: articulador, propositivo e orientador.

Quando perguntados a respeito da paridade entre governo e sociedade civil (Questão 31), todos os conselhos estaduais afirmaram serem paritários e apenas uma minoria dos conselhos municipais (12%) disse não ser paritário.⁵

Com relação à participação de pessoa física (Questão 33), a grande maioria dos conselhos estaduais (85%) disse que é vedada a participação oficial de pessoa física (não sendo considerada a participação em reuniões como convidada). Nos conselhos municipais, 75% não aceitam a participação oficial de pessoa física como parte do colegiado.

Em resposta à Questão 34, a vasta maioria dos conselhos respondeu que não tem cadeiras cativas (77% tanto dos conselhos estaduais como dos municipais).

As respostas foram bastante divididas com relação à Questão 35, sobre a participação de entidades não ligadas aos segmentos da pessoa com deficiência diretamente (universidades, sindicatos, etc). Dos conselhos estaduais, 54% disseram que havia

⁵ Houve discrepância entre as respostas dadas à Questão 32 (vide Anexo I) e à pergunta sobre paridade (Questão 31). Por meio de contato telefônico, constatou-se que houve má interpretação da Questão 32, que foi conseqüentemente desconsiderada.

participação dessas entidades, em contraste com 49% dos conselhos municipais.

Eleições do Colegiado

Em resposta à Questão 37 sobre o tempo de mandato dos órgãos e entidades do colegiado, constatou-se que a grande maioria cumpre mandatos de dois anos (92% nos conselhos estaduais e 87% nos municipais). As exceções ficam por conta do Conselho Estadual do Rio de Janeiro, onde o mandato é de três anos; e, no âmbito municipal, do conselho de Leme-SP, também com 3 anos, e do conselho de Hidrolândia-CE, onde os mandatos são indefinidos. O restante dos conselhos municipais (11%) têm mandatos de até quatro anos.

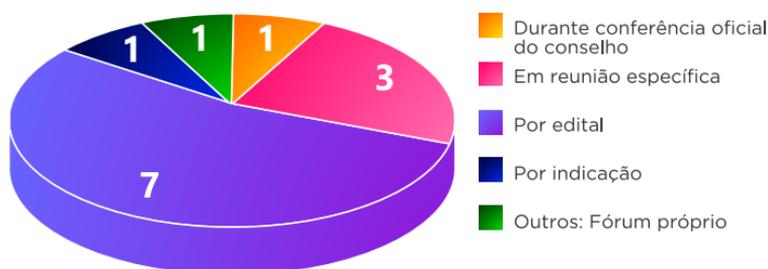
A tabela abaixo ilustra as respostas à Questão 38, referente à reeleição dos órgãos e entidades do colegiado.

As entidades podem ser reeleitas?	Conselhos Estaduais	Conselhos Municipais
Sim, uma vez	6	36
Sim, duas vezes	4	14
A entidade pode ser reeleita indefinidamente	3	18
Não	0	1

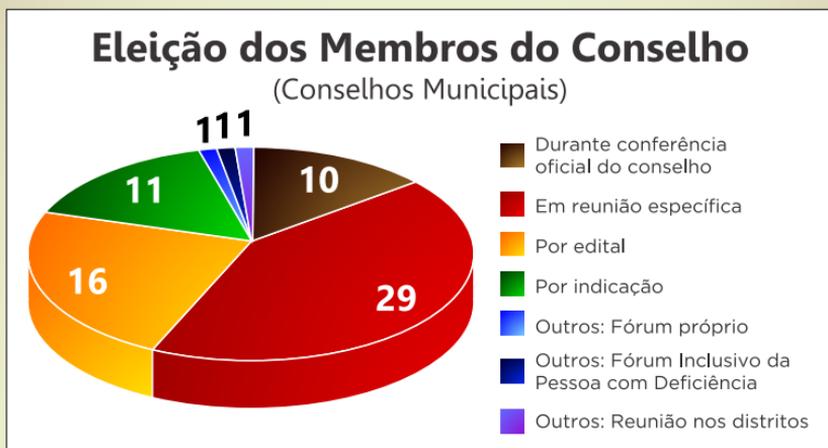
Observa-se que, quase unanimemente, está prevista a reeleição (a exceção é o município de Areia Branca-RN). Além disso, a regra relativa ao número de vezes em que a reeleição é possível varia bastante entre os conselhos estaduais e menos entre os conselhos municipais, onde a maioria (52%) prevê que a reeleição de seus membros ocorra uma única vez.

Com relação à Questão 40, a respeito do fórum em que são realizadas as eleições dos membros do colegiado, observa-se grande heterogeneidade nas respostas. Enquanto a maioria dos conselhos estaduais realiza as eleições através de edital (54%) apenas 23% dos conselhos municipais utilizam edital como meio para eleição, tendendo a preferir que as eleições se dêem através de uma reunião específica (42%). Informações sobre os outros modos de eleição se encontram nos gráficos a seguir.

Eleição dos Membros do Conselho (Conselhos Estaduais)



DESCRIÇÃO DO GRÁFICO: Gráfico em formato de pizza com cinco fatias e o título Eleição dos Membros do Conselho – Conselhos Estaduais. A maior fatia, na cor verde escuro, traz o número 7 e representa a categoria Por edital. A segunda maior fatia, na cor vermelha, traz o número 3 e representa Em reunião específica. As outras três fatias trazem o número 1 nas cores roxo, azul claro e azul escuro e representam, respectivamente, Por indicação, Outros: Fórum próprio e Durante conferência oficial do conselho.



DESCRIÇÃO DO GRÁFICO: Gráfico em formato de pizza com cinco fatias e o título Eleição dos Membros do Conselho – Conselhos Municipais. A maior fatia, na cor verde escuro, traz o número 29 e representa a categoria Em reunião específica. A segunda maior fatia, verde escura, traz o número 16 e representa Por indicação. As outras três fatias trazem o número 1 nas cores roxo, azul claro e azul escuro e representam, respectivamente, Outros: Fórum próprio, Outros: Fórum Inclusivo da Pessoa com Deficiência e Durante conferência oficial do conselho.

Em resposta à Questão 42, constatou-se que, em 61% dos conselhos estaduais, o voto para eleição dos membros do colegiado é secreto. Esta tendência se inverte no caso dos conselhos municipais, sendo que em 64% deles o voto não é secreto.

A respeito da votação por segmento (Questão 43), a resposta foi que todos os membros podem votar em todas as posições em 54% dos conselhos estaduais. Nos conselhos municipais, a grande maioria (74%) também afirmou que o voto não é por segmento.

Com relação ao número de cadeiras por segmento (Questão 43), foram apontadas as seguintes médias por segmento:

Cadeiras por segmento	Conselhos Estaduais	Conselhos Municipais
Deficiência física	1,9	1,6
Deficiência intelectual	1,9	1,6
Deficiência visual	1,9	1,5
Deficiência auditiva	1,9	1,4
Ostomia	1,3	0,6
Deficiência múltipla	0,6	0,9
Outros	0,9	0,5

Em resposta à Questão 44, que indagava se é possível que uma entidade se cadastre só para votar, 62% dos conselhos estaduais disseram que sim, em contraste com apenas 32% dos municipais. Dentre os demais conselhos municipais, 65% disseram que não é possível se cadastrar somente para votar, enquanto um conselho (o do Rio de Janeiro-RJ) disse que não é preciso cadastro para votação e um conselho (o de Bom Jesus dos Perdões-SP) disse que “a votação é aberta para os municípios”.

Eleições da Mesa Diretora

A tabela abaixo mostra a composição da mesa diretora (Questão 46).

Composição da Mesa Diretora	Conselhos Estaduais	Conselhos Municipais
Presidente	13	68
Vice-Presidente	12	62
Primeiro Secretário	9	56
Segundo Secretário	3	36
Outros	3	10

Observa-se que todos os conselhos estaduais têm um Presidente ou Presidenta enquanto um conselho municipal (o de Recife-PE) não tem presidente e sim uma “coordenação colegiada”. Quase todos os conselhos têm também Vice-Presidente ou Vice-Presidenta (92% dos conselhos estaduais e 90% dos municipais) e um Primeiro Secretário ou Primeira Secretária (69% dos estaduais e 81% dos municipais). Entre os outros cargos citados estão: tesoureiro ou tesoureira, vice-tesoureiro ou vice-tesoureira, coordenador ou coordenadora das comissões e moderador ou moderadora.

O tempo de mandato dos membros da mesa diretora (Questão 47) é de dois anos para a grande maioria dos conselhos (92% dos estaduais e 75% dos municipais). Apenas um conselho estadual, o do Rio de Janeiro, tem mandato de um ano e meio. Do restante dos conselhos municipais, 12% tem mandato de um ano e 13% de até quatro anos.

Um pequena parte dos conselhos não permite que a mesa diretora seja reeleita (Questão 48): 15% dos estaduais e 26% dos municipais. Dos conselhos que permitem a reeleição, 69% dos conselhos estaduais a permitem uma única vez, um único conselho (o do Amazonas, equivalente a 8%) permite que sejam reeleitos duas vezes e um conselho (o do Maranhão, equivalente a 8%) permite que sejam reeleitos indefinidamente. Dentre os conselhos municipais, 52% permitem a reeleição uma única vez, 20% duas vezes e um único conselho (o de Bom Jesus dos Perdões-SP, equivalente a 2%) permite que sejam reeleitos indefinidamente.

No caso do voto na eleição da mesa diretora (Questão 49), constatou-se que, em 54% dos conselhos estaduais, o voto é secreto. Esta tendência se inverte no caso dos conselhos municipais, sendo que em 71% deles o voto aberto.

Em resposta à Questão 50, na grande maioria dos conselhos há alternância entre governo e sociedade civil na Presidência do conselho. É este o caso em 77% dos conselhos estaduais e 64% dos municipais.

Algumas considerações

O presente estudo apresenta dados concretos importantes para a reflexão sobre o processo de institucionalização dos espaços de participação social na área da pessoa com deficiência. Embora previsto desde a Constituição Federal de 1988 de maneira genérica, os conselhos e a participação social na área da pessoa com deficiência são relativamente recentes no país, sendo que os principais marcos de seu fortalecimento datam de apenas meia década: a ratificação da Convenção da ONU dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2009) e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2011).

Enquanto considerável ênfase é dada à estrutura física dos conselhos – seus equipamentos e mobiliário, ou seja, uma infraestrutura mínima que permita o seu funcionamento – tão ou mais importante para uma atuação política efetiva é sua organização interna, sob a forma de planejamento estratégico, reuniões periódicas

bem conduzidas e documentadas, e o estabelecimento de prioridades, dentre outras ações fundamentais para a materialização de suas ações finalísticas.

As respostas sinalizam que os conselhos, para que tenham legitimidade e funcionem, necessitam, ao menos, dos seguintes elementos: a) base legal, preferencialmente através de lei (em vez de decreto); b) composição que privilegie a participação da sociedade civil; c) planejamento, com calendário de reuniões e pautas; d) espaço físico adequado e acessível; e) recursos orçamentários.

A presente pesquisa oferece subsídios para a compreensão do atual estado da arte dos conselhos de direitos da pessoa com deficiência no Brasil e contribui para a reflexão sobre seus desafios futuros, visando à afirmação destes espaços de participação e controle social.

Anexo I

Perfil Conselhos Estaduais e Municipais

*Required

1. Nome do Conselho*

.....

2. Âmbito*

Mark only one oval.

Municipal

Estadual

3. Município-Estado*

.....

4. E-mail*

.....

5. Telefone(s) com DDD*

.....

6. Endereço*

.....

7. Site/blog

.....

8. Representação do/da Presidente*

Mark only one oval.

Governo

Sociedade Civil

9. **Incluir nome da entidade ou do órgão governamental do/da Presidente***

.....

10. **A criação do conselho se deu através de...***

Mark only one oval.

Lei

Decreto

Edital

Other:

11. **Número e ano da lei/decreto/edital de criação do conselho**

.....

12. **Nome do órgão gestor ao qual está vinculado***

.....

13. **E-mail e telefone(s) com DDD do órgão gestor ao qual está vinculado***

.....

14. **O Conselho recebe dotação orçamentária?***

Mark only one oval.

Sim

Não

15. **Se sim, qual o valor anual?**

Mark only one oval.

Até R\$ 10 mil

De R\$ 11 a 50 mil

Acima de R\$ 50 mil

Fundo

16. O conselho conta com fundo próprio?*

Mark only one oval.

Sim

Não

17. Se sim, qual o valor disponível no fundo?

Mark only one oval.

Até R\$ 10 mil

De R\$ 11 a 50 mil

Acima de R\$ 50 mil

18. Forma de acesso ao fundo

Mark only one oval.

Por edital

Por disponibilização direta

Other:

19. Número e ano da lei ou decreto de criação do fundo

.....

Infraestrutura e estrutura

20. O conselho conta com:*

Selecione mais de uma opção, se for o caso

Check all that apply.

Sala própria

Telefone

Acesso à internet

- Computador próprio
- Impressora
- 1 funcionário/a em período integral
- Mais de 1 funcionário/a em período integral
- Intérprete de Libras
- Recursos em Braille
- Local com acessibilidade arquitetônica
- O conselho funciona todos os dias da semana, em período integral
- Sala de reuniões
- Other:

21. Periodicidade das reuniões ordinárias*

Mark only one oval.

- Quinzenal
- Mensal
- Bimestral
- Semestral
- Anual
- Other:

22. São produzidas atas das reuniões*

Mark only one oval.

- Sim
- Não

23. A comunicação com os membros se dá através de*

Selecione mais de uma opção, se for o caso

Check all that apply.

E-mail

Carta

Telefone

Other:

24. O conselho conta com as seguintes comissões permanentes:*

Check all that apply.

Comissão de Atos Normativos (ou equivalente)

Comissão de Articulação de Conselhos
(ou equivalente)

Comissão de Comunicação Social
(ou equivalente)

Comissão de Políticas Públicas (ou equivalente)

Comissão de Orçamento e Finanças (ou equivalente)

O conselho não conta com comissões permanentes

Other:

25. O conselho possui planejamento estratégico?*

Mark only one oval.

Sim

Não

26. Se sim, qual a periodicidade e como é feito?

Mark only one oval.

- Anual sem avaliação
- Anual com avaliação semestral
- Semestral
- Other:

27. Com base nas pautas das reuniões, quais os principais temas debatidos em 2013/2014?*

Ordenar por frequência (1 = mais debatido)

Mark only one oval per row.

	1	2	3	4	5	6	7	8
Acessibilidade	<input type="radio"/>							
Educação	<input type="radio"/>							
Saúde	<input type="radio"/>							
Inclusão Social	<input type="radio"/>							
Trabalho	<input type="radio"/>							
Transporte	<input type="radio"/>							
Habitação	<input type="radio"/>							
Outros	<input type="radio"/>							

incluir quais em comentários
adicionais abaixo

28. Comentários adicionais

.....

.....

.....

.....

.....

Composição

29. Número total de órgãos/entidades*

Mark only one oval.

- De 5 e 10
- De 11 a 20
- Acima de 20

30. O Conselho é*

Selecione mais de uma opção, se for o caso

Check all that apply.

- Consultivo
- Normativo
- Fiscalizador
- Deliberativo
- Other:

31. O Conselho é paritário?*

Tem a mesma porcentagem de membros do governo e sociedade civil?

Mark only one oval.

- Sim
- Não

32. Qual a porcentagem de participação da sociedade civil?*

Mark only one oval.

- Menos de 50%
- 50%
- Mais de 50%
- Other:

33. **É possível a participação de pessoa física como parte do colegiado?***

Oficialmente, ou seja, sem ser como convidado/a.

Mark only one oval.

Sim

Não

34. **Existem cadeiras cativas no conselho?***

Isto é, entidades ou pessoas físicas que não participam do processo de eleição

Mark only one oval.

Sim

Não

35. **Participam do conselho outras entidades que não estão ligadas aos segmentos da pessoa com deficiência diretamente?***

Ex: universidades, sindicatos, etc.

Mark only one oval.

Sim (especificar quais em comentários adicionais abaixo)

Não

36. **Comentários adicionais**

.....

.....

.....

.....

.....

Eleições do Colegiado

37. De quanto tempo é o mandato dos órgãos/ entidades do colegiado?*

Mark only one oval.

- 1 ano
- 2 anos
- Até 4 anos
- Other:

38. As entidades do colegiado podem ser reeleitas?*

Mark only one oval.

- Sim, uma vez
- Sim, duas vezes
- Não
- A entidade pode ser reeleita indefinidamente

39. Os/As representantes das entidades podem ser indicados/as?*

Mark only one oval.

- Sim, uma vez
- Sim, duas vezes
- Não
- O/A representante pode ser indicada indefinidamente

40. **Como é feita a eleição para os membros do colegiado (Conselho em geral)?***

Mark only one oval.

- Durante conferência oficial do conselho
- Em reunião específica
- Por edital
- Por indicação
- Other:

41. **O voto é secreto?***

Mark only one oval.

- Sim
- Não

42. **O voto é por segmento?***

Ex: Pessoas com deficiência visual só podem votar em pessoas com deficiência visual ou todos os membros podem votar em todas as posições?

Mark only one oval.

- Sim
- Não
- Other:

43. Se sim, quantas cadeiras são designadas por segmento?

Ex: 2 cadeiras para pessoas com deficiência auditiva, 2 cadeiras para pessoas com deficiência intelectual, etc.

Mark only one oval per row.

	1	2	3	4	5
Deficiência física	<input type="radio"/>				
Deficiência intelectual	<input type="radio"/>				
Deficiência visual	<input type="radio"/>				
Deficiência auditiva	<input type="radio"/>				
Ostomia	<input type="radio"/>				
Deficiência Múltipla	<input type="radio"/>				
Outros	<input type="radio"/>				

incluir quais em comentários adicionais abaixo

44. É possível que a entidade se cadastre somente para votar?*

Mark only one oval.

Sim

Não

Other:

45. Comentários adicionais

.....

.....

.....

.....

.....

Mesa diretora

46. **Composição da mesa diretora***

Selecione as posições que existem no seu conselho.
É possível selecionar mais de uma opção.

Check all that apply.

- Presidente
- Vice-Presidente
- Primeiro/a Secretário/a
- Segundo/a Secretária
- Other:

47. **Tempo de mandato dos membros da mesa diretora***

Mark only one oval.

- 1 ano
- 2 anos
- Até 4 anos
- Other:

48. **Os membros da mesa diretora podem ser reeleitos?***

Mark only one oval.

- Sim, uma vez
- Sim, duas vezes
- Não
- Podem ser reeleitos/as indefinidamente

49. **O voto é secreto?***

Mark only one oval.

Sim

Não

50. **Existe alternância entre governo e sociedade civil na Presidência?***

Mark only one oval.

Sim

Não

51. **Comentários adicionais**

.....

.....

.....

.....

.....

52. **Nome e cargo da(s) pessoa(s) que respondeu(ram) a este questionário***

.....

.....

.....

.....

.....

